



Fernando Reinach fernando@reinach.com

Cotas raciais restauraram o racismo

Infelizmente o Brasil optou por combater discriminação racial com discriminação racial. Uma das consequências é que o racismo voltou aos vestibulares depois de uma batalha de décadas para extingui-lo. Que indígenas são discriminados desde a chegada dos portugueses e que negros são discriminados, ninguém discorda. Também é difícil discordar que o sistema de cotas e reserva de vagas nas universidades para pardos, pretos e indígenas (PPI) é uma forma de discriminação. Uma fração das vagas é reservada a um grupo de brasileiros com base em critérios raciais num processo em que tribunais raciais (as chamadas comissões de heteroidentificação) têm a palavra final sobre a raça das pessoas e seu direito a vagas previamente reservadas (*O tribunal racial da USP*, publicado aqui em 1/3/2024).

Essa discriminação racial deriva de uma lei aprovada no Congresso Nacional, portanto é legal. Sua constitucionalidade

de foi questionada e confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que listou as características a serem avaliadas para confirmar a raça dos candidatos (cor da pele, forma do nariz, natureza do cabelo). São essas características que têm sido usadas pelos tribunais raciais. Nos debates que levaram à aprovação dessas cotas, os juízes do STF justificaram sua decisão declarando que, apesar de o racismo e a discriminação serem vedados pela Constituição, nossa Constituição também prega a necessidade de igualdade de direitos e a busca da harmonia social. Seria um mal necessário e é, que eu saiba, o único caso de racismo legal no Brasil. Também é bom lembrar que as cotas raciais têm aumentado muito a presença desses grupos na universidade. Mas todos esses fatos não significam que combater uma discriminação com outra seja uma boa solução.

A lei de cotas criou discriminação racial em um dos poucos processos em que não ha-

via discriminação: o vestibular. Até 1911 somente alunos de escolas importantes e elitistas, todas públicas, tinham acesso à universidade. O vestibular foi criado quando o número de candidatos superou o número de vagas. Entre 1911 e a década de 1960, a seleção envolvia provas escritas e orais onde o candidato tinha de se

O racismo voltou aos vestibulares depois de uma batalha de décadas para extingui-lo

apresentar presencialmente e individualmente a uma banca ou a um único examinador, seu nome e raça totalmente expostos. É claro que o resultado era sujeito a todo tipo de influências políticas, discriminação social e racial.

A discriminação racial, o favoritismo e provavelmente a corrupção foram abolidos do vestibular com a criação dos

vestibulares unificados, como a Fuvest. Esse processo, que perdurou até a lei de cotas, era totalmente isento de vieses racistas e sociais. Era um dos poucos processos na sociedade brasileira em que a raça não influenciava o resultado.

É um fato inegável que os vestibulares objetivos aprovavam um número muito pequeno de pretos, pardos e indígenas. Mas isso não se deve à existência de preconceito e discriminação. A razão, todos sabemos, é que o ensino público, o único a que pobres, pretos, pardos e indígenas tem acesso, é péssimo (com poucas exceções) para dizer o mínimo.

O racismo e a discriminação racial podem e devem ser culpados por criar um país onde esses jovens recebem um ensino tão ruim. Eles simplesmente não saem do ensino médio sabendo o suficiente para competirem com os alunos das escolas privadas. A solução óbvia para o problema da ausência de pobres, pretos pardos e indígenas é melhorar as

escolas públicas. Mas como o Brasil não consegue, ou pior, chego a acreditar que não quer, melhorar o ensino desses jovens, optou pela solução fácil, a reserva de vagas, que, além de não solucionar a causa raiz do problema, destrói sistema justo e objetivo que levou décadas para ser construído.

Melhorar o ensino público, mesmo que um dia se torne um objetivo honesto dos políticos e das elites, é um processo lento e por esse motivo acredito que cotas sociais (onde as vagas são reservadas com base em critérios objetivos de renda familiar) podem ser uma medida temporária. O que não consigo aceitar é a existência de tribunais raciais cuja função é classificar e privilegiar pessoas com base em sua raça e ainda trazer de volta o acesso a um vestibular, de onde ele havia sido extirpado. ●

É BIÓLOGO, PHD EM BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR PELA CORNELL UNIVERSITY E AUTOR DE A CHEGADA DO NOVO CORONAVÍRUS NO BRASIL: FOLHA DE LÓTUS, ESCORREGADOR DE MOSQUITO; E A LONGA MARCHA DOS GRILLOS CANIBAS

SAB. Fernando Reinach ● DOM. Renata Catardo (a cada 15 dias) e Rosely Sayão (a cada 15 dias)

Temporal

Chuvas causam 4 mortes e deslizamentos de terra no Rio

Uma mulher e seus 2 filhos morreram após serem soterrados em Petrópolis; em Arraial do Cabo, um homem foi atingido por raio

A chuva que atingiu o Estado do Rio causou 75 deslizamentos de terra em Petrópolis, na Região Serrana, até o início da noite de ontem. No mais grave, no bairro Independência, à tarde, sete pessoas foram soterradas. Segundo bombeiros, quatro foram resgatadas com vida. Uma mulher de 23 anos e duas crianças, de 9 e 4 anos, que seriam filhas dela, morreram. Outro deslizamento, no mesmo bairro, soterrou duas pessoas, que estavam desaparecidas. Um dos deslizamentos também levou um poste de luz e deixou o bairro sem energia. Em Arraial do Cabo, Região dos Lagos, um homem morreu atingido por um raio.

Petrópolis era a cidade fluminense em situação mais grave em função da chuva de ontem. Segundo a prefeitura, das 6h às 18h choveu 230 mm na cidade. O Rio Quitandinha transbordou. Por causa da que-



DEFESA CIVIL/OTVULGAÇÃO

Ventania derrubou árvore em cima de um carro em Santos (SP)

da de barreiras, a Rodovia BR-040 chegou a ser interditada.

Em Nilópolis, na Baixada Fluminense, houve pelo menos um deslizamento. Até o início da noite, não havia registro de vítimas. Na capital houve alagamento em bairros de todas as regiões, sem vítimas. Um ambulante morreu atingido por um raio nas Prainhas, região da Praia do Pontal do Atalaia, em Arraial do Cabo. Segundo bombeiros, a vítima caminhava pela areia, por volta das 9h45, quando foi atingida.

Outros dois homens, de 21 e 29 anos, foram atingidos pela descarga elétrica e sofreram ferimentos, mas, segundo a pre-

feitura, passam bem.

SÃO PAULO. A Defesa Civil do Estado de São Paulo recomendou ontem atenção para possíveis transtornos com as chuvas, principalmente no litoral. Na quinta, a região registrou ventos que chegaram a 134 km/h, causando quedas de árvores e problemas no abastecimento de energia. Não houve vítimas, mas residências e veículos foram danificados em cidades litorâneas. Santos teve a ventania mais forte da região, com 134,5 km/h e a queda de 25 árvores. ● **FABIO GRELLET E RARIANE COSTA**

Curto-circuito

Expresso Aeroporto é suspenso após ato de vandalismo em linha

O Expresso Aeroporto, trem que vai até o terminal internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo, foi suspenso ontem de manhã após um ato de vandalismo no Viaduto General Couto de Magalhães, próximo da Estação Luz, comprometer a rede elétrica das linhas, segundo a CPTM.

Um objeto foi arremessado na rede, causando curto-circuito e o rompimento de um cabo por volta das 7h. Nas redes sociais, internautas postaram vídeos de passageiros abandonando um trem da Linha 11-Coral após o ramal ficar sem energia por volta deste horário.

Às 10 horas, a companhia informou que a circulação na Linha 11-Coral estava em processo de normalização e o Expresso Aeroporto seguia suspenso. “Os técnicos estão atuando no local para normalizar a circulação”, disse, em nota.

O viaduto do qual o objeto foi jogado, comprometendo o funcionamento da Linha 11-Coral, liga as Ruas Mauá e José Paulino e foi ocupado por usuários de drogas da Cracolândia recentemente. Não há infor-



Segundo a CPTM, objeto jogado no centro paralisou o ramal

mação oficial sobre qual foi o material lançado nos fios elétricos nem quem seria o culpado. “A CPTM tem adotado medidas para intensificar a segurança em sua extensão, coibindo esse tipo de crime, como a inauguração da Central de Monitoramento da Segurança Patrimonial, a aquisição de 160 bodycams, além da parceria com a PM (desde 2019) para atuação em trens e estações.”

● **GIOVANNA CASTRO**